

RONDÔNIA: ESPAÇOS E TEMPOS DILACERADOS

Januário de Oliveira Amaral

Departamento de Geografia da Universidade Federal de Rondônia

RESUMO:

A partir de 1970, Rondônia foi vista como sendo um lugar de busca de novas oportunidades. De modo geral, o Estado é hoje considerado como um espaço de degradação ambiental e de extermínio cultural. O texto, a partir deste quadro, busca dar reflexões teóricas sobre os espaços e os tempos das diversas práticas culturais consubstanciadas em experiências concretas.

PALAVRAS-CHAVE:

espaço – Amazônia – Rondônia

ABSTRACT:

Since 1970 Rondônia has been regarded as a place of new opportunities. Nowadays, people usually see this State as a place of environment degradation and cultural annihilation. From these points of view we'll get theoretical reflections about spaces and times of several cultural practices mixed in concrete experiences.

KEYWORDS:

space – Amazon region – Rondônia

"Hoje já não tenho onde morar.

Não, não, não, não.

Na floresta, o meu barraco era coberto de jacy.

Seringueira companheira sustentava meus gurus.

Mas de repente tudo se modificou,

No lugar do homem,

Foi o gado quem ficou..."

Hélio Melo, *O caminho sem destino.*

A partir da década de setenta, a Amazônia tornou-se *um turbilhão social*, no sentido que os conflitos se intensificaram. As dimensões iam desde as cidades, vilas, vilarejos, áreas rurais e urbanas, até

extrapolando as fronteiras nacionais, processo que excluiu milhares de pessoas que foram arrancadas de seu habitat ancestral, empurrando-as pelas estradas em direção a novas vidas nas periferias das cidades, num movimento rápido e catastrófico de crescimento urbano. Movimentos de significativa importância social, como os Povos da Floresta e o Movimento dos Sem Terra, desafiam o poder político e econômico, lutando para obter algum controle sobre suas vidas, evidenciando a fertilidade dos movimentos sociais neste final de século XX. Trata-se, enfim, dos efeitos da globalização econômica, drasticamen-

te flutuante e socialmente perversa, que procura excluir de uma parcela considerável da sociedade a possibilidade e o direito à cidadania.

No final da década de noventa, esses processos sociais que dão vida e morte, alegria e dramaticidade, conquista e perda, alienação e desalienação, mantendo-o num perpétuo estado de vir-a-ser, vêm chamar-se novo, racional, técnico, moderno, anti-atraso, desenvolvimento e outros adjetivos que queiram imputar a esse processo socialmente injusto e excludente.

Aliás, WEBER (1996) clarifica, no desfecho de *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, o comportamento do capitalismo ao afirmar que o poderoso cosmo da moderna ordem econômica é como um *cárcere de ferro*. Essa ordem inexorável, capitalista, legalista e burocrática determina a ida dos indivíduos que nasceram dentro desse mecanismo com uma força irresistível.

Essa ordem tentará determinar o destino do homem, na região Amazônica, até que a última tonelada de minério seja extraída ou a última árvore seja transformada em mercadoria, da indústria nacional ou internacional, pouco importa.

Na teia de relações sociais que fazem parte da Amazônia contemporânea, o uso de uma única faceta para interpretar os múltiplos processos, levados a efeito pelo governo militar autoritário pode ser cangaço, para não dizer insuficiente.

"Na realidade o que nos parece estar em questão num primeiro momento é o papel do homem na análise geográfica. O homem não é analisado como integrante de uma coletividade ou grupo. Agora pensa-se o homem enquanto sujeito, num processo amplo de reprodução, que ultrapassa a mera reprodução material. A dificuldade surgida nessa perspectiva de análise refere-se ao uso do método." (CARLOS, 1982, 136).

Outro aspecto de relevo é o entendimento do espaço e do tempo em nosso contexto sócio-cultural. Por exemplo, na segunda metade do século passado, o tempo de uma viagem do Porto de Manaus com as roupas sujas da elite da borracha, narrado com muita

clareza por Eric ORSENA (1990), para serem limpas na Cornualha, na Inglaterra, era de aproximadamente quatro a cinco meses; hoje essa distância pode ser cumprida em poucas horas, não mais se transportando roupas, é claro. O que vai implicar numa postura metodológica diferente na compreensão da realidade contemporânea. Segundo BERMAN (1988,15)

"(...) existe um tipo de experiência vital experiência de tempo e espaço, de si mesmo e dos outros, das possibilidades e perigos da vida - que é compartilhada por homens e mulheres em todo o mundo, hoje. (...) A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia."

Assim, ao analisarmos o processo de colonização das novas terras, é indispensável levar em consideração a sua totalidade, enquanto processo social. As dimensões do processo de colonização agrícola vão revelar um fato importante que diz respeito ao espaço e ao tempo pré-existentes, ou seja, o processo constitutivo da colonização vai se concretizar num espaço habitado e num tempo onde as mudanças se dão com base em outras lógicas. Por enquanto, por falta de uma definição mais apropriada, chamaremos de *espaços e tempos amazônicos*.

No caso, a colonização vai representar o moderno, o racional, o técnico. Em contraposição, os posseiros, seringueiros e ribeirinhos vão representar o atrasado, o arcaico, o improvisado. Contudo, não se pretende aqui empreender uma análise dual entre novo e velho, moderno e atrasado.

O conjunto e a magnitude das forças que participam desse moderno processo de ocupação da Amazônia são gigantescos. De um lado, atores e sujeitos locais: grupos e nações indígenas, posseiros, ribeirinhos-pescadores, seringueiros-castanheiros, pequenos agricultores, e parcelas de uma burguesia

conservadora mercantil derivada da economia do *aviamento*. De outro, o moderno, o desenvolvimento é representado por novos atores do porte da Estatal Eletronorte, e grupos privados como a Paranapanema, a Brascan, o Grupo Cassol, uma lista constituída por capital estatal, multinacional e nacional; também o desenvolvimento é representado por inúmeros projetos de colonização agrícola implantados no Estado pelo INCRA, desde de 1970.

Continuando com suas reflexões sobre o moderno, BERMAN (1988, p. 13) afirma que,

"(...) ser moderno é viver uma vida de paradoxo e contradições. É sentir-se fortalecido pelas imensas organizações burocráticas que detêm o poder de controlar e freqüentemente destruir comunidades, valores, vidas; e ainda sentir-se compelido a enfrentar essas forças, a lutar para mudar o seu mundo transformando-o em nosso mundo."

Uma permanente colisão de grupos e conluios, um contínuo fluxo e refluxo de visões e concepções de espaço e de tempo.

Verifica-se que o espaço e o tempo são regidos de acordo com o projeto de cada sociedade ou grupo social. Transformações espaciais e velocidades temporais diferentes entram em concorrência, se confrontam abertamente, norteadas por lógicas também diferentes. As escalas de tempo de um empreendimento do tipo Usina Hidroelétrica de Samuel, no Rio Jamari, da Estatal Eletronorte, mede-se, aproximadamente, por uma década, já a economia dos ribeirinhos, residentes às margens do Rio Madeira é de gerações em gerações; o tempo das sociedades indígenas é regido por escalas centenárias. Até mesmo a economia do *aviamento* soube se adaptar ao tempo amazônico, adaptou-se àquele lento *vai e vem* dos rios amazônicos.

Ajuste este que alguns estudiosos da Amazônia atribuíram como sendo resultado da indolência do homem amazônico. Para aqueles que pensavam desta maneira, só podemos afirmar que tais indivíduos não compreenderam a cultura e a dinâmica da vida em um seringal, por exemplo.

Desta forma, as conseqüências desse amálgama da engenharia social levada a efeito em Rondônia, recentemente evidenciada no espaço e no tempo, que decorrem, na realidade, de concepções axiológicas radicalmente distintas, não poderiam ser diferentes: *espacialidades e temporalidades dilaceradas* pelo movimento constante do capital, de um *capitalismo* que implica em degradação ambiental, em sentido amplo, e extermínio cultural.

Simultaneamente, as empresas na Amazônia se utilizam das técnicas mais avançadas em tecnologia e ao mesmo tempo lançam mão do trabalho escravo em suas unidades produtivas, as fazendas. É o empreendimento capitalista que se utiliza de formas não capitalistas, no processo de reprodução ampliada do capital na região Amazônica.

É um processo que em princípio degrada e estigmatiza o *Outro* para, com técnica de engenharia social, pôr em prática o processo de dominação e controle dos grupos que dominam, subjagam e exploram os subalternos.

Isto porque os subalternos são olhados com outra lógica, um olhar etnocêntrico - que não procura entender as particularidades mas acima de tudo impõe o seu próprio modo de fazer e ver a realidade. São vistos, sobretudo, como gente sem história, logo, sem passado, sem presente e sem futuro. Tal como SANTOS (1997 p. 07) contraponho essa visão pois,

"todas as realidades são provisórias, são históricas, no sentido de pertencerem a dada comunidade, não há porque absolutizá-la. Desta maneira não há ordenamento da fala e do pensamento do outro, não há um identificar conceitos meus no outro. A garantia está no compromisso de trabalhar com o outro, a aceitação do outro não como objeto de estudo, de observação, de descrição, mas como singularidade aglutinada e pulsante".

Um posseiro que habita uma área e recusa-se a sair dela para outro lugar, não é porque ele vê algum ganho econômico imediato, mas acima de tu-

do, aquele lugar representa muito mais que o fornecimento de alimento que retira da terra, aquela natureza foi antropomorfizada pela sua dinâmica, pela sua cultura; ali estão sepultados os seus parentes. Logo, não pode ter a mesma estrutura de conceituação que tem um fazendeiro com escritórios na Avenida Paulista, em São Paulo, que quer a propriedade da terra para fins meramente especulativos. Existe, assim, uma diferença brutal: um é posseiro, o outro é proprietário. São realidades distintas com universos de representação também distintos, o que vai implicar em um olhar diferente perante a natureza, com projetos contrários para a utilização da natureza.

Ademais, segundo SANTOS (1997, p.03)

"(...) dar continuidade ao processo de descrições, que pretendem resgatar o 'modo de ser' do seringueiro não a partir de sua rede de signos, mas a partir de valores e signos que não são necessariamente seus, acaba por identificá-los com valores e signos que não são os seus, negando-lhe a possibilidade de mostrarem-se como singularidade."

A lógica do espaço e do tempo do seringueiro é regida pelo seu sistema cultural, herdado de seus pais que, por sua vez, aprenderam a dinâmica da floresta com os indígenas, saberes que não são levados em consideração pela sociedade de mercado.

Porém, a realidade é dialética, e os sujeitos criam formas específicas de enfrentamento dos diversos modos de utilização da natureza. Durante esse processo, um exemplo significativo desse amálgama é a forma específica que os seringueiros encontraram para garantir a sua *seringuinidade*, ou seja, a sua condição de seringueiro, a partir de experiências concretas, cuja substância são as Reservas Extrativistas (as RESEX). Segundo SANTOS (1997, p.03)

"(...) esta dinâmica criadora e geradora de signos e significados tem garantido numa região de floresta, cujo contato com as cidades chega a demorar até seis meses, não somente sua identidade e história. Mas, principalmente, sua sobrevivência."

De certo modo, as trajetórias sociais podem ser percebidas no espaço e sentidas no tempo pela

fala de um seringueiro que entrevistamos no projeto de colonização Sidney Girão, em 1992:

"sabe, aqui antigamente, no tempo que não tinha colonização com esses pessoal ai do sul; no tempo que a terra era virgem, era um tempo de muita fartura, eu era livre como esses pássaros. Agora depois que os governos apoiaram a colonização, tudo virou bagunça. A terra agora tem dono. Eu não entendo que agora eu não posso mais entrar naquela mata. Disseram que ali já tem dono. Mas como, ali não pode ter dono não senhor. Tá igual quando a gente chega ali na corrutela do garimpo de ouro do Rio Madeira, quando você olha uma mulher e chega um e diz: epa! Ela já tem dono. A nossas terra tá igual a uma prostituta do garimpo, sempre chega um e diz que já tem dono. Como pode ser possível?" in.: Amaral (1994).

Assim concebido, o espaço geográfico é, na verdadeira acepção da palavra, um produto social, porque resulta do trabalho que a sociedade organiza para alcançar os seus objetivos, ou seja, a sociedade está inteiramente motivada para a produção do espaço, em sintonia com os projetos a que se propõe. Utiliza nessa tarefa os modos e as ações que a sua cultura coloca à sua disposição: força de trabalho, meios de produção, ciência e tecnologia, relações simbólicas etc.

Os *projetos* de cada sociedade constituem, portanto, um fio condutor do conhecimento do seu espaço, resultado do sistema de valores, tradições, atitudes e práticas culturais, sociais e políticas. Em outras palavras, resultam da ideologia na qual cada sociedade colhe as suas motivações e as suas razões de ser e agir.

Os URU EU WAU WAU, por exemplo, perceberam, ao longo de suas experiências, que a fertilidade da terra na Amazônia estava diretamente relacionada com a floresta e desenvolveram um tipo de agricultura consorciada com a *mata*.

Os seringueiros, mais recentemente, compreenderam e exploraram o potencial extrativo da Amazônia, sem que para isso fosse necessária a destruição das densas florestas equatoriais. Já os colonos e os posseiros que ocuparam modernamente a

região tentaram num primeiro momento reproduzir nas novas terras os modos de viver de suas regiões de origem. Hoje, com a experiência e o aprendizado com grupos locais, tentam adequar suas culturas ao ambiente amazônico.

Projeto completamente diferente tiveram os militares para a Amazônia na segunda metade deste

século. Para eles, como axioma, o progresso material é a condição imperativa para sua expansão, expansão esta apoiada na técnica e na ciência, voltado ao lucro e estranho ao meio amazônico. E os projetos de desenvolvimento apoiados pela SUDAM, bem como a colonização agrícola, pretende ser o mecanismo de tal empresa.

Bibliografia

AMARAL, J. J. de O. *Terra virgem Terra prostituta: o processo de colonização agrícola em Rondônia*. São Paulo: FFLCH/USP, 1994. (Dissertação).

BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

CARLOS, A. F. A. "Os Caminhos da Geografia Humana no Brasil" In.: *Boletim Paulista de Geografia*, nº 71, São Paulo, AGB, 1982.

IANNI, O. *Ditadura e Agricultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

ISNARD, I. *O espaço Geográfico*. Coimbra: Almedina, 1982.

MARTINS, J. S. *Fronteira a degradação do Outro nos*

confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

OLIVEIRA, F. de. "A reconquista da Amazônia" In: *Novos Estudos*. São Paulo: CEBRAP, N.º 38, mar de 1994.

ORSENA, E. *A Exposição Colonial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SANTOS, N. *A invenção do seringueiro*. São Paulo: DG/FFLCH-USP, 1997. (mimeo).

POLANY, K. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

SENNETT, R. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1996.

